

RESENHA

DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 131, 2º SEMESTRE DE 2022

Brasília
2022

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa
Brasília, DF, 70170-900
Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra
Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Comunicação social. – Ano 48, n. 131 (jul./dez. 2022). – Brasília : FUNAG, 2022.

56 p.

ISSN: 0101-2428

Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, DE 14/12/2004.

Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA.....	7
1.1. Processo de Quito	7
1.2. Presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas	8
1.3. Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros do G20	9
1.4. Proposta de Emenda Constitucional número 34/2021	9
1.5. Debate aberto de alto nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre comunicação estratégica nas operações de manutenção da paz	11
1.6. Debate aberto do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados	11
1.7. Conclusão das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e Singapura – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia	12
1.8. Eleição do Brasil para a presidência do Grupo de Supridores Nucleares (2023-2024)	13
1.9. Admissão do Brasil como Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN	14
1.10. Promulgação do Tratado sobre o Comércio de Armas	15
1.11. Traslado do coração de D. Pedro I ao Brasil	15
1.12. Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Índia, Dr. Subrahmanyam Jaishankar.....	16
Nota à imprensa nº 139, publicada em 23/08/2022.....	17
1.14. Repúdio ao atentado à Vice-Presidente da República Argentina.....	17
1.15. Participação do Brasil na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas	17

1.16. 61ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados	18
1.17. 40 anos da CNUDM	19
1.18. Resolução da AGNU sobre linguagem simples	20
2. COMUNICADOS CONJUNTOS.....	21
2.1. Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados	21
3. DISCURSOS	35
3.1. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, em 4 de julho de 2022	35
3.2. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na “Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – AGNU”, em 20 de setembro de 2022.....	38
3.3. Palavras do Senhor Ministro de Estado por ocasião do Dia do Diplomata, em 7 de dezembro de 2022	45
4. ARTIGOS E ENTREVISTAS	49
4.1. “Brasil tem pressa de entrar na OCDE” – artigo do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, ao <i>Poder360</i> , em 1º de setembro de 2022	49
A seguir, trechos da entrevista:	50
4.2. “O Brasil mantém seu compromisso de combater as mudanças climáticas com políticas de sustentabilidade baseadas na ciência” – artigo do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e do Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, ao <i>Miami Herald</i> , em 27 de setembro de 2022.....	51
5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS	55
5.1. Publicação no X sobre o almoço do Ministro Carlos França com jornalistas que acompanham temas de política externa – 20 de dezembro de 2022.....	55

5.2. Publicação no X sobre a adoção do Marco Global da Biodiversidade – 21 de dezembro de 2022 56

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. Processo de Quito

O Ministério das Relações Exteriores sediou, em 30/6 e 1º/7, a 8ª Reunião Plenária do Processo de Quito, mecanismo de coordenação entre países da América Latina e Caribe, lançado para fazer frente à crise de refugiados e migrantes venezuelanos. O Brasil ocupa, desde junho de 2021, a Presidência Pro Tempore do mecanismo.

Mais de 40 delegações, entre países da região, observadores, agências das Nações Unidas e outras instituições debateram desafios e soluções para a assistência humanitária a migrantes e refugiados venezuelanos.

Na sessão de abertura, o Brasil ressaltou a importância da troca de experiências e boas práticas, o que tem conformado a América Latina e o Caribe como um espaço de proteção e solidariedade. A reunião culminou na assinatura de declaração conjunta, que está disponível em (<https://www.procesodequito.org/pr>).

Antes da reunião em Brasília, várias delegações visitaram a Operação Acolhida, em Boa Vista, para conhecer de perto a resposta brasileira ao fluxo de centenas de milhares de migrantes e refugiados venezuelanos. A Operação é considerada referência internacional de acolhimento: todos os venezuelanos têm acesso a documentação, aos serviços públicos e ao mercado de trabalho, sem qualquer discriminação, em conformidade com a legislação brasileira e os compromissos internacionais assumidos pelo País.

Desde 2018, quando foi lançado o Processo de Quito, mais de 6 milhões de cidadãos venezuelanos deixaram seu país em busca de melhores condições de vida. Cerca de 5,1 milhões permanecem nos países da região, dentre os quais 345 mil, no Brasil.

Nota à imprensa nº 105, publicada em 01/07/2022

1.2. Presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Brasil preside, durante o mês de julho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A presidência é rotativa entre os países membros do principal órgão multilateral responsável pela paz e segurança internacionais. Durante o biênio 2022-2023, o País está exercendo seu 11º mandato eletivo.

Sob a presidência do Brasil, o CSNU examinará a situação de segurança na Ucrânia, Síria, África Ocidental e região do Sahel, Colômbia, Líbano, Sudão, Oriente Médio, Haiti, Iêmen, Chipre, Líbia e Ásia Central. Está, também, prevista a adoção de resoluções sobre as missões da ONU no Haiti, Iêmen, Chipre e Líbia, e sobre regimes de sanções em vigor para Líbia e República Centro-Africana.

A preocupação com o respeito ao Direito Internacional Humanitário, com a proteção de civis e com o acesso à assistência humanitária estará presente na atuação brasileira em todos os itens da agenda. O Brasil levará ao Conselho um apelo à unidade em torno de ações humanitárias, que visam a salvar vidas e não devem ser objeto de politização.

A presidência brasileira promoverá debate aberto sobre a importância da comunicação estratégica em operações de manutenção da paz, em 12 de julho, a ser presidido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, com a participação do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres. Em 19 de julho, será organizado debate aberto sobre crianças e conflitos armados, a ser presidido pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Fernando Simas Magalhães.

O Brasil buscará melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e a Comissão de Consolidação da Paz da ONU, cuja Presidente, Embaixadora Rabab Fatima (Bangladesh), participará da reunião sobre a situação na África Ocidental e Sahel.

A Agenda de Mulheres, Paz e Segurança do CSNU também receberá atenção, inclusive por meio de maior participação de mulheres nas reuniões previstas. O Brasil continuará defendendo a ampliação da participação feminina nos processos de paz e nas operações da ONU.

Durante o mandato do Brasil no CSNU e, em especial durante a presidência em julho, o Brasil buscará ampliar espaços de negociação e diálogo, promover agenda construtiva e investir em iniciativas que contribuam de maneira concreta

para a manutenção da paz e segurança internacionais, em consonância com os preceitos constitucionais relevantes.

Nota à imprensa nº 106, publicada em 01/07/2022

1.3. Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros do G20

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, participará da Reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20 em Bali, Indonésia, em 7 e 8 de julho de 2022. À margem do evento, o Chanceler deverá manter encontros com homólogos dos países membros do agrupamento.

A reunião terá como foco os temas “Multilateralismo” e “Segurança Alimentar e Energética”, assuntos de grande relevância no atual contexto internacional de recuperação pós-pandemia, tensão geopolítica e disrupção das cadeias produtivas globais de alimentos e energia.

O Brasil atuará em defesa da renovação e do fortalecimento do multilateralismo, da resolução pacífica dos conflitos, do respeito ao Direito Internacional Humanitário e da reforma de organismos internacionais, como a OMC e a ONU. Defenderá a atuação coordenada da comunidade internacional para estabilização dos mercados internacionais de energia e de alimentos, além de insumos críticos para o Brasil, como fertilizantes.

As discussões em Bali servirão como base para a Reunião de Líderes do G20, em 15 e 16 de novembro vindouro.

O G20 reúne países que representam 80% do PIB global, 75% das exportações, cerca de 70% dos investimentos diretos estrangeiros e 60% da população mundiais. É considerado o principal fórum de cooperação econômica internacional.

Nota à imprensa nº 108, publicada em 05/07/2022

1.4. Proposta de Emenda Constitucional número 34/2021

Em vista do processo de deliberação parlamentar da Proposta de Emenda Constitucional 34/2021 e da potencial repercussão que sua aprovação poderia trazer para a política externa brasileira, o equilíbrio entre os poderes e o pacto federativo, o Ministério das Relações Exteriores aporta elementos para o debate sobre o tema no Congresso e na sociedade.

A Constituição Federal atribui papel fundamental ao Poder Legislativo na área da política externa, inclusive na aprovação ou rejeição de acordos internacionais e na sabatina e aprovação de Embaixadores, entre outros. A Constituição, ao mesmo tempo, outorga ao Poder Executivo Federal a competência privativa para manter relações com estados estrangeiros e celebrar tratados. É essa a prática nos estados democráticos de direito em que impera o princípio da separação e equilíbrio dos Poderes.

O Ministério das Relações Exteriores teve ocasião de manifestar-se acerca da PEC 34/2021 por ocasião da audiência pública convocada, em 5/7, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, pela voz de uma integrante da Alta Chefia do Ministério, a Diretora do Instituto Rio Branco, local de formação dos diplomatas brasileiros desde 1945.

A aprovação da PEC 34/2021 afetaria a cláusula pétrea da separação de Poderes (Constituição Federal, arts. 2º e 60, § 4º, III) e a competência privativa do Presidente da República (art. 84). Todo Embaixador deve obediência ao Presidente da República, por intermédio de seu principal assessor de política externa, o Ministro das Relações Exteriores.

Há exemplos de eminentes ex-parlamentares, indicados pelo Presidente e aprovados pelo Senado, que desempenharam com brilho a responsabilidade de Embaixador. Nesse caso, o ex-parlamentar é servidor do Poder Executivo Federal, subordinado ao Presidente da República.

A atuação externa do País não se resume ao Ministério das Relações Exteriores. Também o Congresso, o Judiciário, os Estados e Municípios, os demais ministérios e órgãos governamentais desempenham papel relevante.

O Itamaraty, dentro da tradição e dos princípios formulados pelo Barão do Rio Branco, tem ajudado sucessivos governos na formulação e execução de uma política externa de Estado, de forma a manter o Brasil em paz e segurança, projetar nossos valores e defender nossos interesses no cenário internacional.

O saudável debate sobre a política externa deve ampliar-se a outros segmentos da sociedade brasileira e dar lugar a um processo deliberativo ponderado e respeitoso do marco constitucional pátrio.

Nota à imprensa nº 109, publicada em 06/07/2022

1.5. Debate aberto de alto nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre comunicação estratégica nas operações de manutenção da paz

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, presidiu hoje, 12/7, debate aberto de alto nível no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York.

O debate integra série de eventos organizados no contexto da presidência de turno brasileira do Conselho de Segurança durante o mês de julho.

Contou com apresentações do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, do “Force Commander” da Missão da ONU para a Estabilização na República Democrática do Congo, o General brasileiro Marcos de Sá Affonso da Costa, e da representante do “International Peace Institute” (IPI), Jenna Russo.

O debate aberto teve como objetivo fortalecer a comunicação estratégica nas operações de paz, para promover melhor entendimento das populações locais sobre o papel da ONU nos conflitos, inclusive para maior proteção de civis e dos capacetes azuis (“peacekeepers”).

Por ocasião do debate aberto, foi adotada, por iniciativa brasileira, declaração presidencial do Conselho de Segurança sobre o tema da comunicação estratégica em operações de manutenção da paz.

O Brasil é tradicional contribuinte de tropas para as operações de manutenção de paz da ONU. Militares e policiais brasileiros atuam em 7 das 12 operações de paz atualmente em andamento. Nos últimos anos, o País consolidou-se também como importante provedor de treinamento para militares de outros países.

Nota à imprensa nº 113, publicada em 12/07/2022

1.6. Debate aberto do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Fernando Simas Magalhães, presidiu hoje, 19/07, em Nova York, “Debate Aberto de Alto Nível sobre Crianças e Conflitos Armados” no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O debate foi organizado pela presidência de turno brasileira do Conselho de Segurança e contou com apresentações da Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Crianças e Conflitos Armados, Virginia Gamba, da Diretora Executiva do UNICEF, Catherine Russell, e do fundador da organização não governamental “Similar Ground”, Patrick Kumi, que foi vítima de recrutamento por grupo armado no Sudão do Sul aos 15 anos.

O debate aberto teve como objetivo examinar a situação em 21 países e na região da bacia do Lago Chade, no que se refere a seis graves violações contra crianças em conflitos armados: recrutamento e uso; assassinato e mutilação; violência sexual; abdução; ataques contra escolas e hospitais; e denegação do acesso humanitário.

O Brasil manifestou preocupação com o recente aumento do número de abduções de crianças e enfatizou a importância da proteção a crianças refugiadas, deslocadas internas e apátridas, além da necessidade de promover, nos processos de consolidação da paz, a reintegração de crianças vítimas de violações.

Nota à imprensa nº 115, publicada em 19/07/2022

1.7. Conclusão das negociações do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e Singapura – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia

Os Ministros das Relações Exteriores e da Economia do MERCOSUL e o Ministro do Comércio e Indústria de Singapura anunciaram a conclusão, em Assunção, em 20 de julho, das negociações do acordo de livre comércio entre o bloco e aquele país asiático.

Lançadas em 2018, as negociações foram conduzidas em seis rodadas, começando em 2019.

O anúncio deu-se durante a LX Reunião do Conselho Mercado Comum, na Presidência Pro Tempore paraguaia do MERCOSUL. O Ministro do Comércio e Indústria de Singapura, Gan Kim Yong, e o Ministro de Estado para o Comércio e Indústria, Alvin Tan, participaram virtualmente da ocasião.

Primeiro do gênero do MERCOSUL com um país da Ásia, o acordo é moderno, abrangente e inovador. Contribuirá para atrair investimentos para a região, inserir o Brasil nas cadeias globais de valor e estreitar as relações com uma das regiões mais dinâmicas do mundo. Insere-se no processo de

aproximação gradual do Brasil com o continente asiático, prioritário para a política externa e econômica do país.

O acordo dá continuidade ao processo de expansão da rede de acordos comerciais do MERCOSUL e conta com ampla gama de disciplinas. Cobre temas tarifários e regulatórios, como serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, medidas sanitárias e fitossanitárias e defesa comercial. Prevê, ainda, compromissos em serviços postais, serviços financeiros e movimento de pessoas.

Uma vez em vigor, o acordo garantirá acesso imediato do MERCOSUL ao mercado de Singapura. Em investimentos, estabelece estrutura de governança que estimula a cooperação e a facilitação de investimentos e conta com elementos que favorecem a proteção a investimentos.

Segundo estimativas do Ministério da Economia, o acordo poderá representar um incremento de R\$ 28,1 bilhões no PIB brasileiro, considerando os valores acumulados entre 2022 e 2041. Para o mesmo período, estima-se um aumento de R\$ 11,1 bilhões nos investimentos, R\$ 21,2 bilhões nas exportações brasileiras para aquele país e R\$ 27,9 bilhões nas importações.

A corrente de comércio de bens entre Brasil e Singapura totalizou US\$ 6,7 bilhões em 2021, posicionando o país como o 6º principal destino das exportações brasileiras de bens e a 43ª origem das importações realizadas pelo Brasil. No primeiro semestre de 2022, Singapura foi o 15º maior parceiro comercial brasileiro.

Nota à imprensa nº 117, publicada em 20/07/2022

1.8. Eleição do Brasil para a presidência do Grupo de Supridores Nucleares (2023-2024)

Em 15 de julho, o Brasil recebeu a anuência dos governos participantes do Grupo de Supridores Nucleares (“Nuclear Suppliers Group” – NSG) para presidir o Grupo em 2023-2024.

O NSG é um regime de controle de exportações constituído para promover a coordenação de políticas nacionais de seus 48 governos participantes no controle de transferência de bens e tecnologias sensíveis na área nuclear, com o objetivo de garantir que estas sejam usadas para fins exclusivamente pacíficos.

Membro do Grupo desde 1996, a eleição do Brasil por seus pares do NSG evidencia as credenciais do país no controle de exportações de bens sensíveis e de uso dual na área nuclear.

Ao final da presidência brasileira, em 2024, será organizada, no Brasil, a 33ª Reunião Plenária do NSG.

Nota à imprensa nº 122, publicada em 22/07/2022

1.9. Admissão do Brasil como Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN

O Ministro das Relações Exteriores recebeu, com satisfação, carta do Secretário-Geral da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Senhor Lim Jock Hoi, que informa ter a Reunião de Ministros do Exterior da ASEAN acordado em conceder ao Brasil o status de Parceiro de Diálogo Setorial do bloco.

O Governo brasileiro saúda a decisão dos Chanceleres e aguarda a sua formalização na reunião de Cúpula do bloco, prevista para novembro próximo, com vistas a fortalecer ainda mais as relações do Brasil com a ASEAN e seus países-membros. Deverão ser agora iniciados trâmites em coordenação com o Secretariado da Associação, para avançar na implementação da Parceria de Diálogo Setorial.

A ASEAN, bloco representativo de uma das regiões mais dinâmicas do mundo, é um parceiro-chave para a economia brasileira. O fluxo de comércio bilateral teve aumento de 91% entre 2016 e 2021, passando de US\$ 15,1 bilhões para US\$ 28,9 bilhões. No primeiro semestre de 2022, ascendeu a US\$ 16,6 bilhões, montante 21,3% superior ao valor registrado no mesmo período de 2021.

A ASEAN, cuja sede está localizada em Jacarta, é uma organização de natureza econômica e política que reúne dez estados membros no Sudeste Asiático. Seu objetivo é promover a cooperação intergovernamental e facilitar a integração econômica, política, securitária, educacional e sociocultural entre seus membros e com países parceiros.

Nota à imprensa nº 130, publicada em 04/08/2022

1.10. Promulgação do Tratado sobre o Comércio de Armas

Por meio do Decreto nº 11.173, de 15 de agosto de 2022, foi promulgado o Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA), que havia sido ratificado pelo Brasil em 14 de agosto de 2018. Com a promulgação, o TCA foi incorporado ao ordenamento jurídico interno brasileiro.

O Tratado sobre o Comércio de Armas tem por objetivo regular o comércio internacional de armas convencionais, suas munições e componentes, estabelecendo regras para a exportação, a importação, o trânsito, o transbordo e a intermediação de oito categorias de armas: tanques de guerra; veículos de combate blindados; sistemas de artilharia de grande calibre; aeronaves de combate; helicópteros de ataque; navios de guerra; mísseis e lançadores de mísseis; e armas pequenas e armamento leve.

Entre os principais dispositivos do Tratado está a proibição da transferência de armas convencionais, suas munições e componentes caso o país exportador tenha conhecimento, no momento da autorização, de que as armas serão utilizadas para a prática de crimes internacionais ou crimes de guerra. O Tratado estabelece, ainda, critérios objetivos para a avaliação de pedidos de autorização de exportação de armas convencionais e procedimentos para a cooperação internacional no combate ao tráfico ilícito e ao desvio de tais armas.

O Brasil já possui um sistema consolidado de controle de exportação de armas convencionais, regulamentado por meio da Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa (PNEIPRODE), instituída pelo Decreto 9.607, de 12 de dezembro de 2018, o que permite o cumprimento, pelo País, dos dispositivos do TCA.

A promulgação do Tratado sobre o Comércio de Armas confirma os compromissos do Brasil com a prevenção e a erradicação do tráfico ilícito de armas convencionais, com o propósito de contribuir para a paz e a segurança internacionais e para a luta contra o crime organizado transnacional.

Nota à imprensa nº 135, publicada em 16/08/2022

1.11. Traslado do coração de D. Pedro I ao Brasil

No contexto das comemorações do Bicentenário da Independência, o Brasil recebe temporariamente o coração de D. Pedro I, com autorização obtida por votação unânime da Câmara Municipal do Porto.

A relíquia chegou hoje a Brasília acompanhada pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira. Amanhã, dia 23 de agosto, o coração será recebido no Palácio do Planalto e, em seguida, haverá cerimônia, no Palácio Itamaraty, com a presença do corpo diplomático estrangeiro.

O coração ficará exposto para visitação pública no Palácio Itamaraty de 25 de agosto a 5 de setembro e retornará ao Porto em 8 de setembro.

A vinda do coração de D. Pedro I ao Brasil será oportunidade para que o povo brasileiro homenageie figura central para o processo de independência do Brasil.

Nota à imprensa nº 138, publicada em 22/08/2022

1.12. Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Índia, Dr. Subrahmanyam Jaishankar

O Ministro das Relações Exteriores da Índia, Doutor Subrahmanyam Jaishankar, realiza visita oficial ao Brasil de 23 a 24 de agosto.

Em 24 de agosto, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, e o Ministro Jaishankar copresidirão, no Palácio Itamaraty, a 8ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural, principal instância de diálogo regular entre o Brasil e a Índia. A reunião ocorre no marco do Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica, adotado por ocasião de visita de Estado do Sr. Presidente da República à Índia, em janeiro de 2020.

Serão discutidos temas como comércio, investimentos, cooperação, situação na Ucrânia, segurança alimentar e energética e questões da agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas, inclusive sua reforma, já que os dois países integram o órgão em 2022. Serão examinados, ainda, temas relativos a BRICS e IBAS e coordenação em foros internacionais sobre desenvolvimento sustentável.

Em Brasília, o Ministro Jaishankar também manterá encontros com altas autoridades do Governo brasileiro e proferirá palestra aos diplomatas alunos do Instituto Rio Branco, a academia diplomática brasileira. Em São Paulo, participará de eventos empresariais e de reunião com a comunidade indiana.

Nota à imprensa nº 139, publicada em 23/08/2022

1.13. Encontro do Senhor Presidente da República com o Presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, em Foz do Iguaçu

O Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, encontrará o Presidente da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez, em Foz do Iguaçu, em 31 de agosto. Os Chefes de Estado discutirão o relacionamento bilateral e projetos e iniciativas para benefício de suas sociedades.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai, tendo sido registrado, em 2021, o maior valor do intercâmbio bilateral da história, quando a corrente de comércio superou US\$ 6,6 bilhões. Por sua vez, entre janeiro e julho de 2022, o intercâmbio bilateral já alcançou mais de US\$ 4 bilhões, um crescimento de 9,4% em comparação com o mesmo período de 2021.

Nota à imprensa nº 142, publicada em 30/08/2022

1.14. Repúdio ao atentado à Vice-Presidente da República Argentina

O Governo brasileiro condena o injustificável ato de agressão contra a Vice-Presidente da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ocorrido na noite de ontem, 1º de setembro, em Buenos Aires.

O Brasil repudia toda e qualquer forma de violência com motivação política e reitera seu invariável respaldo à irmã nação Argentina.

Nota à imprensa nº 144, publicada em 02/09/2022

1.15. Participação do Brasil na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Será realizada, em Nova York, de 20 a 26 de setembro de 2022, a semana de alto nível da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A abertura da AGNU é o momento em que os líderes mundiais de 193 países se reúnem para discutir os principais desafios enfrentados pela comunidade internacional. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, chefiará a delegação brasileira em 20 de setembro.

Como ocorre todos os anos, o Brasil será o primeiro país a discursar no Debate Geral da Assembleia Geral, em 20 de setembro. Além de proferir o

discurso de abertura, o Presidente manterá encontros com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e com Chefes de Estado de outros países.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, participará de encontros com homólogos de vários países e de eventos multilaterais de grupamentos dos quais o Brasil é parte.

A 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas terá por tema principal “Um momento divisor de águas: soluções transformadoras para desafios interligados”.

A delegação brasileira também participará de reuniões de alto nível sobre temas como desenvolvimento sustentável, educação, minorias étnicas, eliminação de armas nucleares, operações de paz, reforma do Conselho de Segurança, conflito na Ucrânia e mediação.

Nota à imprensa nº 152, publicada em 19/09/2022

1.16. 61ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados

Será realizada no dia 6 de dezembro, na cidade de Montevidéu, Uruguai, a 61ª edição da Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, precedida, no dia anterior, de reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum, órgão decisório de nível ministerial. Os dois encontros marcam o encerramento da presidência de turno do Uruguai e o início da presidência da Argentina.

Durante a presidência uruguaia, as atividades na vertente econômica centraram-se em temas como Tarifa Externa Comum, regime de origem, comércio de serviços, setores açucareiro e automotivo, agenda digital e regulamentos técnicos.

Na frente do relacionamento externo, trabalhou-se intensamente na revisão formal e jurídica do Acordo de Livre Comércio com Singapura, que será o primeiro acordo do gênero firmado pelo MERCOSUL com um país do Sudeste asiático. Além disso, avançou-se na revisão jurídica do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia. Na região, deu-se sequência aos diálogos exploratórios com a República Dominicana e El Salvador, bem como às tratativas para a negociação de um novo acordo comercial com o Equador.

Destaca-se a realização, no período, da primeira reunião do subgrupo sobre infraestrutura física do MERCOSUL, instituído no semestre passado,

bem como o a criação de uma instância específica do bloco para tratar do tema do comércio e desenvolvimento sustentável. A presidência uruguaia também marca o lançamento da “Agenda Verde”, que consolida e coordena as atividades do bloco, nas suas diversas instâncias, em favor do desenvolvimento sustentável.

Está prevista a adoção, durante a Cúpula, de declarações presidenciais sobre Cultura e Crime Cibernético.

Em 2022, entre janeiro e outubro, o Brasil exportou cerca de US\$ 18,4 bilhões para os países do MERCOSUL e importou cerca de US\$ 15,4 bilhões do bloco, com superávit de US\$ 2,9 bilhões. Em 2021, o Brasil exportou cerca de US\$ 17 bilhões para seus sócios do bloco e importou US\$ 17,4 bilhões. Mais de 90% das vendas brasileiras para o bloco correspondem a produtos da indústria de transformação, destacando-se os setores automotivo e de máquinas e equipamentos.

Nota à imprensa nº 188, publicada em 04/12/2022

1.17. 40 anos da CNUDM

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) celebrou 40 anos em 10 de dezembro. Por sua ampla abrangência temática e elevado número de signatários (167 Estados Partes e União Europeia), a Convenção é considerada a “Constituição dos mares e oceanos”, tendo prestado importante contribuição para evitar conflitos envolvendo questões relacionadas ao mar, em seguimento a discussões originadas no final da década de 1960.

Para o Brasil, a CNUDM assume particular relevância, em função dos 7.491 quilômetros de extensão do litoral brasileiro e dos 5,7 milhões de quilômetros quadrados de espaço marítimo sob jurisdição nacional, que compõem a “Amazônia Azul”.

Encontram-se em negociação, no âmbito da Convenção, instrumentos importantes para regulamentar o uso e proteger a biodiversidade em alto mar, bem como para definir as regras da mineração no fundo marítimo, objeto de grande atenção devido a seu alto valor econômico e potenciais impactos ambientais.

Por ocasião da celebração dos 40 anos da Convenção, o Brasil reafirma seus compromissos com o Direito do Mar, com a resolução pacífica de controvérsias e com o desenvolvimento nacional dos temas afetos ao mar.

Nota à imprensa nº 194, publicada em 13/12/2022

1.18. Resolução da AGNU sobre linguagem simples

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, hoje, por aclamação, resolução apresentada pelo Brasil, com o apoio da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Rede-In), e da Aliança Internacional sobre Deficiência (IDA, em inglês), sobre comunicação simples para a acessibilidade de pessoas com deficiência intelectual e dificuldade de leitura.

Argentina, Egito, El Salvador, Grécia, Guatemala, Filipinas e Portugal uniram-se ao Brasil como copatrocinadores da proposta. O tema também contou com amplo apoio de outros estados membros.

Intitulada “Promovendo e integrando uma comunicação fácil de entender para acessibilidade de pessoas com deficiência”, a resolução tem como base a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil em 2009.

A comunicação fácil de entender, mais conhecida como linguagem simples, já vem sendo usada no Brasil em órgãos do executivo, legislativo e judiciário. A técnica reúne orientações sobre redação, estrutura, desenho e validação de textos, tornando a informação acessível a pessoas com dificuldade de compreensão de leitura.

Nota à imprensa nº 195, publicada em 16/12/2022

2. COMUNICADOS CONJUNTOS

2.1. Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados

Os Presidentes da República Argentina, Alberto Fernández; da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez; da República Oriental do Uruguai, Luis Lacalle Pou; e o Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Hamilton Mourão, estados partes do MERCOSUL, e as Altas Autoridades dos estados associados, reunidos em Montevideu, Uruguai, por ocasião da LXI Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, em 6 de dezembro de 2022:

1. **REAFIRMARAM** seu compromisso com a defesa e o fortalecimento das instituições democráticas e a plena vigência do Estado de Direito, dos princípios fundamentais do Direito Internacional, da proteção e promoção dos Direitos Humanos e do respeito irrestrito às liberdades fundamentais como condições essenciais para a consolidação e aprofundamento do processo de integração regional;
2. **MANIFESTARAM** sua vontade de continuar promovendo em nível multilateral a busca de soluções acordadas para os temas mais urgentes em nível global e regional vinculados com a manutenção da paz e segurança internacionais, destacando que qualquer resposta aos desafios internacionais deve alinhar-se com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional, levando devidamente em conta o papel das instituições multilaterais;
3. **RATIFICARAM** seu firme compromisso com o desarme nuclear geral e completo e a não proliferação, em consonância com a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional. Em tal sentido, destacaram muito particularmente o caráter da América Latina e o Caribe como zona de paz e como a primeira zona livre de armas nucleares em uma região densamente povoada do planeta, em virtude do Tratado de Tlatelolco para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe;

4. **REITERARAM** sua preocupação pelo conflito na Ucrânia e seus efeitos negativos, especialmente sobre a população civil, a estabilidade regional e a segurança alimentar global, em particular, nos estados partes do MERCOSUL e associados, pela excessiva volatilidade dos preços dos produtos alimentares agrícolas, dos insumos de produção e dos custos de energia e transporte, e fizeram um chamado em busca da paz mundial, por meio da solução pacífica das controvérsias, com o fim de erradicar para sempre a ameaça e o uso da força;
5. **REAFIRMARAM** seu compromisso em continuar fortalecendo e aprofundando o desenvolvimento econômico da região, buscando promover políticas que fortaleçam o comércio de bens e serviços, incorporando um enfoque inclusivo e sustentável em benefício dos cidadãos de nossos países.
6. **REFORÇARAM** a necessidade de coordenar esforços para que as cadeias de abastecimento de alimentos e seus insumos, em particular fertilizantes, permaneçam livres e abertas, em consonância com os princípios e as regras da Organização Mundial do Comércio, reafirmando seu apoio a um sistema multilateral de comércio baseado em regras, aberto, transparente, mais justo e não discriminatório, reconhecendo que o futuro da OMC depende de um compromisso real e efetivo de todos os membros com a implementação dos acordos existentes e com as negociações para a reforma das regras de comércio em matéria agropecuária, incluindo ação frente a todas as formas de ajuda e proteção que distorcem os mercados agropecuários, como acordaram na “Declaração sobre a Reforma das Regras Multilaterais do Comércio Agropecuário”, assinada na Décima Segunda Conferência Ministerial da OMC, pelos estados partes do MERCOSUL, pelo Estado Plurinacional da Bolívia em processo de adesão e pelos estados associados do Chile, Colômbia, Equador, Peru e outros países latino-americanos;
7. **RECONHECERAM** a necessidade de avançar na luta contra a fome e a desnutrição, como prioridade fundamental, bem como na melhoria dos sistemas agroalimentares sustentáveis, mediante o fortalecimento e o desenvolvimento de políticas e programas voltados ao melhoramento da produtividade da agricultura familiar, à dinamização econômica das zonas rurais, ao manejo sustentável da agricultura e dos recursos hídricos, à melhoria dos processos de

comercialização e distribuição eficiente de alimentos e da educação alimentar e nutricional;

8. **RESSALTARAM** a capacidade de nossos países de contribuir para a segurança alimentar global, por meio da promoção da agricultura sustentável, com um uso eficiente dos recursos, apoiado em novas tecnologias, boas práticas agrícolas e conhecimentos tradicionais, atentos à conservação e o uso sustentável da biodiversidade;
9. **SUBLINHARAM** os avanços regionais em matéria de Mulheres, Paz e Segurança, reconhecendo o potencial da Rede de Mediadoras do Cone Sul criada no ano 2021 e a ativa participação dos países do MERCOSUL nas distintas instâncias que abordam esta temática com o objetivo de evidenciar o impacto desproporcionado dos conflitos sobre as mulheres e crianças, e visibilizar e fortalecer o papel ativo das mulheres em lugares significativos de tomada de decisão, na resolução dos conflitos e na manutenção da paz;
10. **ACORDARAM** seguir com atenção o trabalho do Órgão de Negociação Intergovernamental da Organização Mundial da Saúde (OMS), encarregado de redigir e negociar convênio, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre a preparação e resposta frente a pandemias, no entendimento de que se trata de uma instância relevante para promover respostas multilaterais a emergências sanitárias com o alcance e magnitude da pandemia de COVID-19;
11. **DESTACARAM** seu compromisso com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Diante do caráter multidimensional da agenda, ressaltaram a necessidade de transcender o âmbito de trabalho próprio da tradicional Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e redefinir os instrumentos e marcos dessa ajuda, que atualmente comprometem o acesso à cooperação técnica e financiamento dos países de renda média e alta, incluindo os que se graduaram sublinhando que os critérios de designação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, em suas diferentes modalidades, incluindo a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), devem sustentar-se em uma perspectiva multidimensional que permita construir uma arquitetura global da cooperação, na qual todos os países em desenvolvimento recebam apoio de acordo com

seus desafios, vulnerabilidades, lacunas estruturais e particulares, incluída a criação de capacidades e a transferência de tecnologia;

12. **MANIFESTARAM** a necessidade de redobrar esforços para combater a mudança do clima, mediante ações de redução de emissões, sobretudo as relacionadas com a mitigação e a adaptação a seus efeitos, no âmbito dos compromissos estabelecidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, seu Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Esses objetivos poderão ser alcançados por meio do fortalecimento da cooperação regional, do financiamento climático internacional e da transferência de tecnologia de parte dos países desenvolvidos, destinada a fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento, e em conformidade com o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, que proporcione soluções sustentáveis, ambiciosas, viáveis e duradouras, com uma perspectiva integral e de direitos humanos, adaptada às capacidades e necessidades de desenvolvimento específicas de nossos países, a fim de garantir uma maior resiliência às consequências da mudança do clima e propiciar o bem-estar das gerações presentes e futuras. Deram as boas-vindas à decisão de estabelecer um Fundo de Perdas e Danos para Países Vulneráveis, adotado na COP27 de Mudança do Clima, celebrada em Sharm El Sheikh, Egito.
13. **RATIFICARAM** seu compromisso com a Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como sua vontade de realizar os maiores esforços para alcançar a adoção de um novo e ambicioso Marco Mundial da Diversidade Biológica posterior a 2020 levando em consideração nossas realidades nacionais e em conformidade com os compromissos internacionais para reverter a perda de todos os componentes da biodiversidade; que contemple o financiamento e os meios de implementação necessários para os países em desenvolvimento e a distribuição justa e igualitária de benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos;
14. **DESTACARAM** a importância do Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030 e trabalhar em todos os níveis com uma abordagem integral do risco de desastres para reduzir a exposição de nossas populações para os efeitos de novas ameaças, por meio de políticas públicas que priorizem a redução de vulnerabilidades, a preparação e a resposta e a coordenação regional diante de emergências e desastres;

15. **RESSALTARAM** a importância da conservação dos oceanos, promovendo o uso sustentável de seus recursos, e reiteraram seu compromisso com o cumprimento do ODS N° 14 “Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”. Além disso, destacaram a necessidade de avançar em uma conservação efetiva que assegure sua saúde a longo prazo, bem como a dos rios e afluentes;
16. **RECONHECERAM** que a poluição por plásticos é uma das principais problemáticas ambientais globais e, nesse sentido, comprometeram seus esforços para apoiar o trabalho do Comitê Intergovernamental de Negociação para desenvolver um instrumento internacional juridicamente vinculante para reduzir a poluição por plásticos, inclusive no meio marinho, cuja primeira reunião de negociação foi realizada em Punta del Este, Uruguai, entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro de 2022, instância que constitui um exitoso ponto de partida para as negociações de um acordo tão urgente quanto importante, e que requererá a provisão dos adequados meios de implementação por parte dos países desenvolvidos, para cumprir com os compromissos derivados deste instrumento”;
17. **SUBLINHARAM** a importância de aumentar os esforços para concretizar os projetos regionais em matéria de infraestrutura física, logística e digital, com vistas a alcançar uma maior competitividade regional e a interconectividade das regiões, destacando especialmente as iniciativas sobre corredores bioceânicos, viários e ferroviários;
18. **REAFIRMARAM** a importância da Hidrovia Paraguai-Paraná como instrumento de integração regional e ferramenta para facilitar a navegação e o transporte comercial em igualdade de condições, favorecer seu desenvolvimento, modernização e eficiência, que permita o acesso em condições competitivas aos mercados ultramar. Nesse âmbito, sublinharam a importância do Comitê Intergovernamental Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) como espaço de concertação e diálogo e celebraram a realização de sua 48ª Reunião Ordinária, que foi realizada nos dias 30 e 31 de agosto passado na cidade de Buenos Aires;
19. **ENFATIZARAM** a importância de contar com o apoio de representantes de comunidades locais e de parlamentares dos estados, províncias e regiões diretamente vinculadas ao desenvolvimento de obras de infraestrutura e de integração regional, como o Corredor Bioceânico

Viário Carmelo Peralta - Porto Murtinho - Portos do Norte do Chile. Igualmente, celebraram a realização da IX Reunião do Grupo de Trabalho sobre Corredor Bioceânico Viário, que aconteceu em novembro de 2022, no Chile, mediante o qual retomaram-se os trabalhos na matéria;

20. **RESSALTARAM** a importância do Projeto Corredor Ferroviário Bioceânico de Integração como uma iniciativa de interesse regional para o fortalecimento da integração física e o desenvolvimento socioeconômico da região, e a articulação do Oceano Pacífico com o Oceano Atlântico por meio de uma linha ferroviária que viabilize a logística do comércio exterior, gerando um crescimento econômico na região, reduzindo custos e tempos de transporte;
21. **RECONHECERAM** a importância e a necessidade de se trabalhar por uma gestão coordenada, sustentável e efetiva dos recursos hídricos transfronteiriços, que inclua, entre outras medidas, gestão de informação, boas práticas comuns e ações de adaptação à mudança do clima, incluindo a rápida e antecipada resposta à fenômenos meteorológicos extremos, bem como medidas relacionadas aos ecossistemas vinculados;
22. **DESTACARAM** o fortalecimento da cooperação para a gestão sustentável e eficaz, bem como o aproveitamento múltiplo e igualitário dos recursos hídricos na Bacia do Prata e a promoção e o desenvolvimento de projetos e iniciativas concretas que permitam identificar soluções para assegurar a ação mancomunada que permitirá o desenvolvimento harmônico e equilibrado, bem como o ótimo aproveitamento dos grandes recursos naturais da região e sua preservação para gerações futuras, por meio da utilização racional desses recursos;
23. **REITERARAM** sua vontade de seguir trabalhando no Plano de Ação de Puerto Vallarta, com o objetivo de aproximar o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico e avançar no propósito comum de aprofundar a integração regional;
24. **REAFIRMARAM** seu compromisso com o aprofundamento e otimização da participação da sociedade civil, incluindo a representação dos povos indígenas ou originários nas instâncias pertinentes de coordenação do bloco, avançando no desenvolvimento de um modelo de estrutura e funcionamento de foros de diálogo que constituam uma plataforma adequada para interagir e receber suas contribuições;

25. **RECONHECERAM** a importância dos censos nacionais que levam adiante vários países da região como ferramentas indispensáveis para o planejamento e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e nesse sentido, sublinharam a importância de que esses censos sejam realizados sobre a base de estritos critérios técnicos;
26. **REAFIRMARAM** seu compromisso com uma migração segura, ordenada e regular, em estrito respeito aos direitos humanos e sob os princípios de solidariedade e responsabilidade compartilhada, e expressaram a necessidade de atender as causas e os desafios multidimensionais da migração com uma perspectiva humanitária e de cooperação regional e internacional, promovendo a coesão social e buscando a integração das pessoas migrantes, bem como a assistência às comunidades de acolhida;
27. **EXPRESSARAM** a importância do trabalho desenvolvido pelas diferentes comissões permanentes da RAADH e enfatizaram a necessidade de continuar trabalhando de forma conjunta a fim de alcançar o pleno respeito, promoção e proteção dos Direitos Humanos e as liberdades individuais e coletivas em todos os estados partes e associados;
28. **DESTACARAM** a celebração da Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes, e os avanços de seu Programa do Trabalho 2021 -2022. Comprometeram-se em continuar trabalhando no intercâmbio de boas práticas e políticas públicas voltadas a diminuir as lacunas estruturais históricas que deve enfrentar a população afrodescendente na região;
29. **SUBLINHARAM** que o MERCOSUL é uma região com uma grande diversidade cultural, étnica, linguística, natural, territorial e que possui muitas línguas indígenas. Comprometeram-se a trabalhar para proteger as culturas e sistemas de conhecimento aos quais pertencem essas línguas, com um especial foco nos idosos protetores de uma herança ancestral. Em tal sentido, expressaram seu compromisso com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e acolheram com beneplácito o início da Década Internacional das Línguas Indígenas 2022-2032, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para chamar a atenção sobre o risco de perda de línguas indígenas. Nesse âmbito, comprometem-se a projetar e implementar políticas públicas que avancem para a revitalização, preservação e

o desenvolvimento das línguas indígenas, protegendo as culturas e sistemas de conhecimento aos quais pertencem essas línguas, com um especial foco nos idosos, protetores de uma herança ancestral. Igualmente, saudaram a Iniciativa do Instituto Ibero-americano de Línguas Indígenas (IIALI);

30. **INCENTIVARAM** a assinatura do acordo da ampliação da Carta de Entendimento entre a Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais e a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL, a qual permitirá operacionalizar e consolidar as atividades conjuntas entre ambas as Reuniões, e ressaltaram a necessidade de avançar no fortalecimento dos Sistemas de Defensoria Pública Oficial, no âmbito nacional, provincial, estadual e/ou departamental, conforme corresponda;
31. **REITERARAM** o compromisso de promover a cooperação internacional relativa ao problema mundial das drogas com o objetivo de fortalecer as políticas de cuidado, atenção e tratamento, prevenção, inserção social, gestão de riscos e redução de danos, a partir de um enfoque de saúde pública, com perspectiva de Gênero e Direitos Humanos e baseadas em evidência científica, situando a pessoa, sua liberdade, dignidade e integridade no centro da política pública, evitando a criminalização das pessoas que consomem;
32. **EXORTARAM** a comunidade internacional à eliminação da pena de morte, a realizar os maiores esforços para adotar medidas alternativas ao encarceramento relacionados a crimes menores de drogas, conforme a legislação nacional de cada país, bem como cooperar com o objetivo de combater o tráfico ilícito de drogas, tanto em nível nacional como em nível regional e internacional, em cumprimento do Princípio de Responsabilidade comum e compartilhada;
33. **CELEBRARAM** a organização do Seminário Virtual Mesa Técnica: “Contribuições da educação financeira para potencializar a autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade social”, no âmbito da Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social. Por sua vez, o intercâmbio das lições aprendidas da experiência “Futuro na Mão” do Ministério da Cidadania do Brasil pôs em evidência a utilidade de apoiar a capacitação de populações vulneráveis em conhecimentos de gestão financeira que lhes permitam desenvolver pequenos empreendimentos sustentáveis;

34. **ACOLHERAM COM BENEPLÁCITO** o desenvolvimento do Curso “Mercosul Social e Agenda 2030: Repensando as políticas públicas para não deixar ninguém para trás”, e do Seminário Internacional “Transferências Monetárias e arquiteturas digitais para a proteção social. Tendências e novos desafios”, que favoreceram a reflexão entre quem tem a seu cargo o desenho, a gestão e a avaliação das políticas públicas de proteção social, com especial ênfase em populações vulneráveis;
35. **CELEBRARAM** a participação das altas autoridades da cultura do MERCOSUL na Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022), na qual se adotou a “Declaração pela Cultura”, que reconhece a cultura como um “bem público mundial”, ressaltando a necessidade da incorporação da cultura de maneira explícita na próxima agenda de desenvolvimento sustentável, posterior à 2030; portanto, o MERCOSUL cultural se somará às iniciativas de diálogo efetivo com os estados membros da UNESCO e outros atores relevantes para alcançar este propósito e faz um chamado para que se somem outros espaços sub-regionais, regionais e internacionais;
36. **DESTACARAM** o lançamento da Biblioteca Virtual “Clássicos do MERCOSUL” como uma contribuição ao desenvolvimento cultural do bloco, que gera um valioso acervo identitário, coadjuvando com a democratização da cultura e do conhecimento;
37. **SAUDARAM** os resultados alcançados pelas comissões de Economia Criativa e Indústrias Culturais, Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural e Informação Cultural, que reafirmaram o papel fundamental do MERCOSUL para a promoção da diversidade das expressões culturais, o fomento das artes, a proteção do patrimônio cultural. Destaca-se o trabalho realizado na preparação em face do MICSUL 2023, no Chile, para promover as Indústrias Culturais e Criativas da região;
38. **DESTACARAM** a adoção da “Declaração de Montevideu sobre a Luta Contra o Crime Organizado Transnacional”, que reforça o compromisso de continuar trabalhando no estabelecimento de canais de comunicação rápidos, diretos e seguros de intercâmbio de informação criminal, em consonância com as normas jurídicas internas de cada estado e demais disposições em nível do MERCOSUL;

39. **EXPRESSARAM** sua satisfação pela realização do Seminário Virtual Regional sobre Macrocriminalidade e Cibercrime, onde se estabeleceu um enriquecedor espaço de intercâmbio entre especialistas dos estados partes, em matéria de macrocriminalidade e crimes transnacionais e se conseguiu conhecer as diretrizes gerais das políticas públicas que os estados levam em matéria de prevenção e pesquisa desse flagelo;
40. **SUBLINHARAM** a importância da assinatura de todos os estados partes do MERCOSUL, do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Confiscados do Crime Organizado Transnacional no MERCOSUL. Igualmente, destacaram a inauguração da Rede Latino-Americana de Autoridades Centrais no mês de setembro de 2022, na cidade de Santa Fé;
41. **MANIFESTARAM** sua solidariedade com o Governo e o Povo da República Argentina pelo atentado contra a vida da Vice-Presidente, Dra. Cristina Fernández de Kirchner, ação que constitui uma afronta à democracia e perante a qual condenamos energicamente. A quase 40 anos ininterruptos de democracia desse país, a sociedade argentina soube consolidar suas instituições republicanas, fomentando a convivência pacífica e o respeito e, nesse sentido, expressamos a necessidade do pronto e completo esclarecimento e condenação dos responsáveis desse lamentável fato, ao mesmo tempo que rejeitamos toda forma de violência política e fazemos um chamado a buscar os caminhos que conduzam à paz social e ao respeito das instituições democráticas e o Estado de Direito.
42. **CONDENARAM** energicamente os violentos atentados que afetaram recentemente à República do Equador e reiteraram seu compromisso de fortalecer a cooperação para combater o terrorismo em todas suas formas e manifestações, a violência proveniente do crime e do crime organizado transnacional;
43. **RENOVARAM** o interesse em aprofundar os trabalhos para a harmonização normativa internacional, tendentes a facilitar as relações jurídicas internacionais em matéria de família, considerando os ordenamentos jurídicos de cada um dos países, bem como no relativo à cooperação jurídica internacional em matéria penal, com ênfase na proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade;
44. **REITERARAM** a necessidade de seguir fortalecendo os laços interinstitucionais e unir esforços para seguir avançando na transparência

institucional. Igualmente, ressaltaram os avanços em matéria de informação consolidada com respeito às estruturas de Controle Interno dos estados partes e estados associados do MERCOSUL;

45. **REAFIRMARAM** o acesso à educação como um direito humano fundamental que contribui ao desenvolvimento integral das pessoas e dos povos. Nossos estados fizeram frente à irrupção da pandemia de COVID-19 nos sistemas educacionais, o que robusteceu nosso compromisso de impulsionar o fortalecimento dos sistemas educacionais regionais, que permita aprofundar os grandes passos dados para garantir uma educação igualitária e de qualidade para todas as pessoas ao longo da vida. Destacamos que o âmbito do MERCOSUL propicia espaços valiosos de intercâmbio de experiências e cooperação regional para a atenção integral da primeira infância, a permanência e finalização da educação básica, a integração nas zonas de fronteira, a educação técnica e profissional, a qualidade da educação superior, a mobilidade regional, o reconhecimento de estudos em todos os níveis educacionais, entre outras prioridades. Estamos seguros de que a educação é uma das políticas públicas que nos permitirá construir um futuro compartilhado em benefício de nossas populações;
46. **RATIFICARAM** a disposição dos estados em seguir trabalhando em prol da igualdade e da equidade de gênero, em conformidade e em consonância com o estabelecido nos acordos internacionais na matéria, a partir de uma perspectiva de avançar nesses direitos;
47. **REAFIRMARAM** o compromisso de prevenir, punir e erradicar a violência baseada em gênero de acordo com as obrigações assumidas na Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, e ressaltaram a importância da ratificação para que prontamente vigore o “Acordo sobre Reconhecimento Mútuo de Medidas de Proteção para as Mulheres em Situação de Violência de Gênero entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados” (Decisão CMC N° 07/22), que se constitui no primeiro acordo MERCOSUL específico para a proteção das mulheres e toda pessoa em situação de violência de gênero e, como tal, representa um marco na defesa do direito a uma vida livre de violência por razões de gênero no MERCOSUL;

48. **CONGRATULARAM** o lançamento da segunda edição da campanha “MERCOSUL Livre de Tráfico”, elaborada pela Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL, como o resultado do trabalho permanente de cooperação entre os estados partes do bloco, no âmbito dos compromissos assumidos de prevenção e combate do tráfico de pessoas, a proteção e atendimento de suas vítimas, conforme o estabelecido no Protocolo para prevenir, reprimir e sancionar o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças (Protocolo de Palermo);
49. **DESTACARAM** a elaboração da iniciativa conjunta para otimizar a assistência consular aos compatriotas ante futuras crises e conflitos, e para criar um “comitê de crise” que permita uma reação imediata e coordenada, bem como aprofundar a cooperação que os países implementaram por ocasião da Copa do Mundo do Catar 2022; Igualmente, sublinharam o potencial positivo de uma futura implementação do Acordo sobre o Mecanismo de Cooperação Consular entre os estados partes do MERCOSUL e os estados associados;
50. **MANIFESTARAM** o interesse na retomada das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições (GTA FM), a fim de continuar impulsionando a coordenação de políticas entre os países do MERCOSUL e associados, incluindo os distintos âmbitos, tanto regionais quanto internacionais;
51. **REAFIRMARAM** os termos da Declaração dos Presidentes dos estados partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile, assinada em 25 de junho de 1996 em Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaração sobre as Malvinas, e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas;
52. **DESTACARAM** que a adoção de medidas unilaterais, incluindo a exploração e aproveitamento de recursos naturais renováveis e não renováveis da área em controvérsia, não é compatível com o acordado nas Nações Unidas, e reconheceram o direito que assiste à República Argentina de promover ações legais, com pleno respeito ao Direito Internacional, contra as atividades não autorizadas na referida área;
53. **REITERARAM** o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do

Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, alcance o quanto antes uma solução, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos e outros foros regionais e multilaterais.

Nota à imprensa nº 189, publicada em 06/12/2022

3. DISCURSOS

3.1. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, no Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, em 4 de julho de 2022

Senhoras e Senhores,

É uma grande satisfação participar da abertura do Fórum Econômico Brasil-Países Árabes.

O Brasil confere especial atenção ao relacionamento com o mundo árabe, que tem participação importante na formação de nossa sociedade por meio dos muitos imigrantes que chegaram a nosso país.

Pretendemos continuar a estreitar os laços históricos, culturais e de amizade que unem nossos povos.

Também queremos aproveitar o enorme potencial que ainda há para ser explorado nos mais diversos setores e abrir novas frentes de diálogo, cooperação e trabalho pela prosperidade das nossas nações.

Estou convicto de que a relação entre o Brasil e o mundo árabe se encontra, hoje, em seu melhor momento histórico.

Nas variadas ocasiões em que conversei com Chefes de Estado e de Governo, tenho buscado promover uma agenda focada em resultados, e essa característica é ainda mais evidente no diálogo com nossos parceiros árabes.

A aproximação no campo político tem nos permitido encontrar novos espaços de cooperação em setores estratégicos, como ciência, tecnologia, inovação e energia.

A visita que realizei aos Emirados Árabes Unidos, ao Catar e à Arábia Saudita, no ano passado, é evidência inequívoca do interesse brasileiro no fortalecimento das relações com o Oriente Médio.

Recordo, com enorme satisfação, a confiança demonstrada pela Arábia Saudita ao anunciar a intenção de investir valor de até US\$ 10 bilhões no Brasil, por meio do Fundo de Investimento Público daquele país.

A fim de dar seguimento às tratativas iniciadas na ocasião e direcionar a aplicação dos recursos de maneira eficiente, criamos o Comitê Interministerial para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o Brasil e a Arábia Saudita.

Esse trabalho conjunto trará resultados benéficos para os dois países.

Senhoras e Senhores,

Na área de comércio e investimentos, temos estimulado conversas para a prospecção de parcerias com o Brasil. Mesmo durante a pandemia, os encontros virtuais se multiplicaram, o que comprova o interesse comum em adensar as nossas relações.

Apesar da distância entre nossas regiões, o intercâmbio entre o Brasil e os países árabes superou a cifra de US\$ 11,2 bilhões de dólares no ano passado.

Tenho certeza de que podemos aproveitar a moderna infraestrutura dos países do Golfo para diversificar e expandir o acesso dos produtos brasileiros aos mercados da Ásia.

Cerca de 30 empresas brasileiras possuem, hoje, escritórios comerciais e unidades de produção no Oriente Médio. É com alegria que tomamos conhecimento da abertura em Dubai, em fevereiro de 2019, de escritório da Câmara de Comércio Árabe Brasileira.

Países como Emirados Árabes Unidos, Catar e Kuwait, já apresentam expressivos investimentos no Brasil. Essas inversões, tomadas individualmente, variam de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões. E tenho certeza de que vamos multiplicar esses números!

Já tomamos várias medidas que permitirão a retomada do crescimento econômico sustentável do Brasil no pós-pandemia. As reformas estruturais que estamos promovendo no Brasil garantem um ambiente de negócios atrativo e seguro, um cenário sem precedentes aos investidores estrangeiros.

Senhoras e Senhores,

O Brasil exporta ampla gama de mercadorias para todos os 22 países membros da Liga Árabe, com destaque para os produtos do agronegócio.

Entre janeiro e agosto de 2020, essas exportações totalizaram US\$ 4,6 bilhões. Portanto, em apenas 8 meses deste ano, e apesar das restrições impostas pela covid-19, já estamos próximos de alcançar o valor exportado em 2019, que foi de US\$ 4,9 bilhões.

Hoje, a produção brasileira halal, que respeita tradições e regras da religião islâmica, é sinônimo de qualidade e confiança. Por isso, os países

árabes podem contar com o Brasil como parceiro estratégico na garantia de sua segurança alimentar.

Ressalto que não apenas a relação com os países árabes do Golfo oferece perspectivas de crescimento, mas também a relação com nações da África, como Egito, Marrocos e Argélia, por exemplo.

O Egito é o principal destino das exportações brasileiras na África e o segundo principal comprador árabe de nossos produtos, com destaque para a carne bovina. Também temos um acordo de livre comércio em vigor desde 2017, o que favorece a ampliação e a diversificação de nossas trocas e o permanente aprofundamento de nossas relações.

O Marrocos, com o qual estamos vivenciando importante aproximação política, constitui parceiro estratégico para a nossa agricultura, como supridor essencial de fertilizantes.

Já a Argélia despontou, em 2019, como a principal origem de nossas importações no continente africano, além de ter sido o terceiro destino de nossas exportações, atrás apenas do Egito e da África do Sul.

Percebemos oportunidades promissoras de diversificação do intercâmbio comercial e da promoção de investimentos com todos esses países.

No ano passado, firmamos um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento com o Marrocos, a exemplo do instrumento que, também em 2019, assinamos com os Emirados Árabes Unidos.

Estamos prontos a estabelecer novas frentes de diálogo e de colaboração, a fim de estabelecermos marcos regulatórios capazes de aprimorar ainda mais os investimentos entre o Brasil e os países árabes.

Senhoras e Senhores,

Aproveito para relembrar os laços histórico-culturais que unem o Brasil e o mundo árabe. Nossa relação tem raízes profundas de amizade e colaboração.

É com orgulho que ressalto a importância da grande comunidade de descendentes árabes que escolheram o Brasil para viver. Sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento econômico e cultural brasileiro.

Em respeito e apreço a esses laços, nosso Governo ofereceu prontamente, e continua a oferecer, apoio aos irmãos libaneses no processo de reconstrução de seu país.

Enviamos missão humanitária ao Líbano com alimentos, medicamentos e insumos médico-hospitalares doados pelo Governo e pela comunidade brasileira de origem libanesa.

Além das doações, a missão levou mensagem política no mais alto nível, liderada pelo ex-Presidente Michel Temer. Essa é mais uma evidência do nosso firme compromisso com todo o mundo árabe

No espírito de fraternidade entre nossas nações, desejo a todos um proveitoso encontro e excelentes negócios.

Estejam certos de que nosso governo trabalha e estará sempre disposto a trabalhar para estreitar ainda mais as relações do Brasil com o mundo árabe

Muito obrigado.

3.2. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na “Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – AGNU”, em 20 de setembro de 2022

Senhor Csaba Kőrösi, Presidente da Septuagésima Sétima Assembleia-Geral das Nações Unidas,

Senhor António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhoras e Senhores chefes de Estado, de governo e de delegações,

Senhoras e Senhores,

Começo por cumprimentá-lo, Embaixador Csaba Kőrösi, pela eleição para presidir esta Assembleia Geral. Esteja certo de contar com o apoio do Brasil.

O tema escolhido para este Debate Geral gira em torno de um conceito que se aplica perfeitamente ao momento que vivemos: um divisor de águas.

Senhor Presidente,

Nossa responsabilidade coletiva, nesta Assembleia Geral, é compreender o alcance dos desafios que compõem esse divisor de águas. E, a partir daí, construir respostas que tirem sua força dos objetivos que são comuns a todos nós.

A tarefa não é simples. Mas, a rigor, não temos alternativa.

Esse esforço tem de começar no interior de cada um dos nossos países. Antes de tudo, é aquilo que realizamos no plano interno que dá a medida da autoridade com que agimos no plano internacional.

Deixe-me falar da perspectiva do meu país.

Quando o Brasil se manifesta sobre a agenda da saúde pública, fazemos isso com a autoridade de um governo que, durante a pandemia da Covid-19, não poupou esforços para salvar vidas e preservar empregos.

Como tantos outros países, concentramos nossa atenção, desde a primeira hora, em garantir um auxílio financeiro emergencial aos mais necessitados.

O nosso objetivo foi proteger a renda das famílias para que elas conseguissem enfrentar as dificuldades econômicas decorrentes da pandemia. Beneficiamos mais de 68 milhões de pessoas, o equivalente a 1/3 da nossa população.

Em paralelo, lançamos um amplo programa de imunização, inclusive com produção doméstica de vacinas. Somos uma nação com 210 milhões de habitantes e já temos mais de 80% da população vacinada contra a Covid-19. Todos foram vacinados de forma voluntária, respeitando a liberdade individual de cada um.

Da mesma forma, no terreno da economia, o Brasil traz a autoridade de um país que, em nome de um crescimento sustentável e inclusivo, vem implementando reformas para a atração de investimentos e melhoria das condições de vida de sua população.

No meu governo, extirpamos a corrupção sistêmica que existia no país. Somente entre o período de 2003 e 2015, onde a esquerda presidiu o Brasil, o endividamento da Petrobras por má gestão, loteamento político e em desvios chegou a casa dos US\$ 170 bilhões de dólares.

O responsável por isso foi condenado em três instâncias por unanimidade. Delatores devolveram US\$ 1 bilhão de dólares e pagamos para a bolsa americana outro bilhão por perdas de seus acionistas.

Esse é o Brasil do passado.

Aprimoramos os serviços públicos com redução de custos e investimento em ciência e tecnologia. Hoje, por exemplo, o Brasil é o 7º país mais digitalizado do mundo: são 135 milhões de pessoas que acessam 4.900 serviços do meu governo. O Brasil foi pioneiro na implantação do 5G na América Latina.

Levamos adiante uma abrangente pauta de privatizações e concessões, com ênfase na infraestrutura. Concluímos o projeto de transposição do Rio São Francisco, levando água para o Nordeste brasileiro. Adotamos novos marcos regulatórios, como o do saneamento básico, o das ferrovias e o do gás natural. Além disso, melhoramos o ambiente de negócios, com a lei de liberdade econômica e a lei de start-ups. Como resultado, criamos oportunidades para o jovem empreender e ter empregos de qualidade.

Coroando todo esse esforço de modernização da economia brasileira, estamos avançando, a passos largos, para o ingresso do Brasil como membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE.

Apesar da crise mundial, o Brasil chega ao final de 2022 com uma economia em plena recuperação. Temos emprego em alta e inflação em baixa. A economia voltou a crescer. A pobreza aumentou em todo o mundo sob o impacto da pandemia. No Brasil, ela já começou a cair de forma acentuada.

Os números falam por si só. A estimativa é de que, no final de 2022, 4% das famílias brasileiras estejam vivendo abaixo da linha da pobreza extrema. Em 2019, eram 5,1%. Isso representa uma queda de mais de 20%. O Auxílio Brasil, programa de renda mínima criado pelo meu governo, durante a pandemia, que atende 20 milhões de famílias, faz pagamentos de quase US\$ 4 por dia às mesmas.

O desemprego caiu 5 pontos percentuais, chegando a 9%, taxa que não se via há 7 anos. Reduzimos a inflação, com estimativa de 6% no corrente ano. Tenho a satisfação de anunciar que tivemos deflação inédita no Brasil nos meses de julho e agosto.

Desde junho, o preço da gasolina caiu mais de 30%. Hoje, um litro no Brasil custa cerca de US\$ 0,90. O preço da energia elétrica também teve uma queda de mais de 15%. Quero ressaltar que o custo da energia não caiu por causa de tabelamento de preços ou qualquer outro tipo de intervenção federal. Foi resultado de uma política de racionalização de impostos formulada e implementada com o apoio do Congresso Nacional.

Em 2021, o Brasil foi o 4º maior destino de investimento estrangeiro direto do mundo. Nosso comércio exterior alcançou a marca histórica de 39% do PIB, mesmo diminuindo ou zerando impostos de milhares de produtos.

No plano interno, também estamos batendo recordes em três áreas: arrecadação fiscal, lucros das empresas estatais e relação entre dívida pública e PIB. Aliás, em 2021 tivemos superávit no resultado consolidado de contas públicas. O PIB brasileiro aumentou 1,2% no segundo trimestre. A projeção de crescimento para 2022 chega a 3%.

Temos a tranquilidade de quem está no bom caminho. O caminho de uma prosperidade compartilhada. Compartilhada entre os brasileiros e, mais além, compartilhada com nossos vizinhos e outros parceiros mundo afora.

É isso que vemos, por exemplo, na produção de alimentos. Há quatro décadas, o Brasil importava alimentos. Hoje, somos um dos maiores exportadores mundiais. Isso só foi possível graças a pesados investimentos em ciência e inovação, com vistas à produtividade e à sustentabilidade. Faço aqui um tributo à pessoa de Alysso Paulinelli, candidato brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz, por seu papel na expansão da fronteira agrícola brasileira com o uso de novas tecnologias. Este ano, o Brasil já começou a colheita da maior safra de grãos da nossa história. Estima-se pelo menos 270 milhões de toneladas. O Brasil também, em poucos anos, passará de importador a exportador de trigo.

Para o período 2022/2023, a previsão é que a produção total ultrapasse as 300 milhões de toneladas. Como afirmou a Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio, em recente visita que nos fez, se não fosse o agronegócio brasileiro, o planeta passaria fome, pois alimentamos mais de 1 bilhão de pessoas ao redor do mundo.

O nosso agronegócio é orgulho nacional.

Senhor Presidente,

Quero lembrar que, também na área do desenvolvimento sustentável, o patrimônio de realizações do Brasil é fonte de credibilidade para a ação internacional do nosso país. Em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Brasil é parte da solução e referência para o mundo.

Dois terços de todo o território brasileiro permanecem com vegetação nativa, que se encontra exatamente como estava quando o Brasil foi descoberto, em 1500. Na Amazônia brasileira, área equivalente à Europa Ocidental, mais de 80% da floresta continua intocada, ao contrário do que é divulgado pela grande mídia nacional e internacional.

É fundamental que, ao cuidarmos do meio ambiente, não esqueçamos das pessoas: a região amazônica abriga mais de 20 milhões de habitantes, entre eles indígenas e ribeirinhos, cuja subsistência depende de algum aproveitamento econômico da floresta. Levamos internet a mais de 11 mil escolas rurais e a mais de 500 comunidades indígenas.

O Brasil começou sua transição energética há quase meio século, em reação às crises do petróleo daquela época. Hoje, temos uma indústria de biocombustíveis moderna e sustentável. Indústria que contribui para a matriz energética mais limpa entre os países do G20.

Cerca de 84% da nossa matriz elétrica atualmente é renovável, e esse é o objetivo que muitos países desenvolvidos esperam alcançar somente depois de 2040 ou 2050.

No ano passado, o Brasil foi escolhido pelas Nações Unidas como país “campeão da transição energética”. Temos capacidade para ser um grande exportador mundial de energia limpa. Contamos com um excedente, já em construção, que pode chegar a mais de 100 Gigawatts entre biomassa, eólica, terrestre e solar, além da oportunidade, ainda não explorada, de eólicas marítimas de 700 Gigawatts, com um dos menores custos de produção do mundo. Essas fontes produzirão hidrogênio verde para exportação.

Parte desta energia 100% limpa abre a possibilidade de sermos fornecedores de produtos industriais altamente competitivos, especialmente no Nordeste brasileiro, com uma das menores pegadas de carbono do mundo.

A agenda do desenvolvimento sustentável é afetada, de várias maneiras, pelas ameaças à paz e à segurança internacional. Erguemos as Nações Unidas em meio aos escombros da Segunda Guerra Mundial. O que nos motivava, naquele momento, era a determinação de evitar que se repetisse o ciclo de destruição que marcou a primeira metade do século XX. Até certo ponto, podemos dizer que fomos bem-sucedidos.

Mas, hoje, o conflito na Ucrânia serve de alerta. Uma reforma da ONU é essencial para encontrarmos a paz mundial. No caso específico do Conselho de Segurança, após 25 anos de debates, está claro que precisamos buscar soluções inovadoras. O Brasil fala desse assunto com base em uma experiência que remonta aos primórdios da ONU.

É pela décima-primeira vez que ocupamos assento não permanente no Conselho. Temos buscado dar o melhor de nós para a solução pacífica e negociada dos conflitos internacionais, sempre guiados pela Carta da ONU e pelo Direito Internacional.

O Brasil também tem um longo histórico de participação em missões de paz da ONU. De Suez a Angola, do Haiti ao Líbano, sempre estivemos ao lado da manutenção da paz.

Também contribuímos para a paz ao abriremos nossas fronteiras para aqueles que buscam uma chance de reconstruir suas vidas em nosso país. Desde 2018, mais de seis milhões de irmãos venezuelanos foram obrigados a deixar seu país. Muitos deles vieram para o Brasil.

Nossa resposta a esse desafio foi a “Operação Acolhida”, que se tornou referência internacional. Já são mais de 350 mil venezuelanos que encontraram,

em território brasileiro, assistência emergencial, proteção, documentação e a possibilidade de um recomeço. Todos têm acesso ao mercado de trabalho, a serviços públicos e a benefícios sociais.

Nos últimos meses, chegam por dia ao Brasil, a pé, cerca de 600 venezuelanos, a grande maioria dos quais mulheres e crianças pesando em média 15 quilos a menos do que tinham antes, fugindo da violência e da fome.

A política brasileira de acolhimento humanitário vai além da Venezuela. Temos também recebido haitianos, sírios, afegãos e ucranianos.

Senhor Presidente,

O conflito na Ucrânia já se estende por sete meses e gera apreensão não apenas na Europa, mas em todo o mundo.

Quero, em primeiro lugar, renovar o agradecimento do Brasil aos países que ajudaram na evacuação de brasileiros que se encontravam na Ucrânia quando começou o conflito. Refiro-me especialmente à Eslováquia, Hungria, Polônia, Romênia e República Tcheca. A operação foi exitosa. Não deixamos ninguém para trás, nem mesmo seus animais de estimação.

Diante do conflito em si, o Brasil tem-se pautado pelos princípios do Direito Internacional e da Carta da ONU. Princípios que estão consagrados também em nossa Constituição. Defendemos um cessar-fogo imediato, a proteção de civis e não-combatentes, a preservação de infraestrutura crítica para assistência à população e a manutenção de todos os canais de diálogo entre as partes em conflito. Esses são os primeiros passos para alcançarmos uma solução que seja duradoura e sustentável.

Temos trabalhado nessa direção. Nas Nações Unidas e em outros foros, temos tentado evitar o bloqueio dos canais de diálogo, causado pela polarização em torno do conflito. É nesse sentido que somos contra o isolamento diplomático e econômico.

As consequências do conflito já se fazem sentir nos preços mundiais de alimentos, de combustíveis e de outros insumos. Estes impactos nos colocam a todos na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Países que se apresentavam como líderes da economia de baixo carbono agora passaram a usar fontes sujas de energia. Isso configura um grave retrocesso para o meio ambiente.

Apoiamos todos os esforços para reduzir os impactos econômicos desta crise. Mas não acreditamos que o melhor caminho seja a adoção de sanções unilaterais e seletivas, contrárias ao Direito Internacional. Essas medidas

têm prejudicado a retomada da economia e afetado direitos humanos de populações vulneráveis, inclusive em países da própria Europa.

A solução para o conflito na Ucrânia será alcançada somente pela negociação e pelo diálogo.

Faço aqui um apelo às partes, bem como a toda a comunidade internacional: não deixem escapar nenhuma oportunidade de pôr fim ao conflito e de garantir a paz. A estabilidade, a segurança e a prosperidade da humanidade correm sério risco se o conflito continuar.

Senhor Presidente,

Tenho sido um defensor incondicional da liberdade de expressão. Além disso, no meu governo, o Brasil tem trabalhado para trazer o direito à liberdade de religião para o centro da agenda internacional de direitos humanos. É essencial garantir que todos tenham o direito de professar e praticar livremente sua orientação religiosa, sem discriminação. Quero aqui anunciar que o Brasil abre suas portas para acolher os padres e freiras católicos que tem sofrido perseguição do regime ditatorial da Nicarágua. O Brasil repudia a perseguição religiosa em qualquer lugar do mundo.

Outros valores fundamentais para a sociedade brasileira, com reflexo na pauta dos direitos humanos, são a defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia de gênero.

Quero também destacar aqui a prioridade que temos atribuído à proteção das mulheres. Nosso esforço em sancionar mais de 70 normas legais sobre o tema desde o início de meu governo, em 2019, é prova cabal desse compromisso.

Combateemos a violência contra as mulheres com todo o rigor. Isso é parte da nossa prioridade mais ampla de garantir segurança pública a todos os brasileiros.

Os resultados aparecem em nosso governo: a queda de 7,7% no número de feminicídios e a diminuição do número geral de mortes por homicídio. Em 2017, eram 30 mortes por 100 mil habitantes. Agora são 19.

A violência no campo também caiu ao mesmo tempo em que aumentamos a regularização da propriedade da terra para os assentados. No meu governo, entregamos 400 mil títulos rurais, 80% deles para as mulheres.

Trabalhamos no Brasil para que tenhamos mulheres fortes e independentes, para que possam chegar aonde elas quiserem. A Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro, trouxe novo significado ao trabalho de voluntariado desde 2019, com especial atenção aos portadores de deficiências e doenças raras.

Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhoras e Senhores chefes de Estado e de governo.

Senhoras e Senhores,

Neste 7 de setembro, o Brasil completou 200 anos de história como nação independente. Milhões de brasileiros foram às ruas, convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira.

Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade.

Muito obrigado a todos os senhores.

3.3. Palavras do Senhor Ministro de Estado por ocasião do Dia do Diplomata, em 7 de dezembro de 2022

É uma alegria participar de mais esta cerimônia alusiva ao Dia do Diplomata. Novamente, os membros do Serviço Exterior Brasileiro, os demais funcionários da Casa e nossos convidados nos reunimos sob a égide de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Rio Branco, sabemos todos, é o patrono da nossa diplomacia. E é certo que celebrá-lo se tornou, para nós, no Itamaraty, um lugar-comum. Mas é um lugar-comum não daqueles que, gastos pelo tempo, acabam por perder qualquer significação, que persistem apenas como cacoete retórico ou mero ornamento. Ao contrário. É um lugar-comum que, ao longo das décadas, temos cuidado de manter vivo, pulsante, pleno de vigência para cada geração que passa por este Palácio.

Porque o que é verdadeiramente perene no Barão não são seus bustos de bronze nem suas estátuas de mármore nem seus retratos que vemos espalhados pelos espaços do nosso Ministério. Esses, sim, permanecem, e é bom que permaneçam. São símbolos, e a diplomacia, como a política, vive também de símbolos.

Mas o que é verdadeiramente perene em Rio Branco é uma dimensão dinâmica, que não se deixa fixar em efígies.

É seu exemplo de dedicação aos mais altos interesses do Brasil.

É seu fino discernimento, capaz de apreender as mudanças do mundo, mesmo no calor da hora.

É seu desassombro para ajustar as prioridades de política externa àquelas mudanças, invariavelmente à luz das nossas necessidades internas.

É, enfim, sua compreensão de que o conhecimento é um ativo frequentemente decisivo nas relações entre os Estados. (Aliás, foi o conhecimento que consolidou, aliado a um tino negociador raro, que assegurou ao Brasil ganho de causa nas arbitragens e negociações a partir das quais, pacificamente, se assentaram nossas fronteiras – sem dúvida, o maior legado do Barão.)

É esse Rio Branco, o estadista pragmático, sensível e devoto da sua pátria – que é a nossa –, é esse Rio Branco que uma vez mais celebramos neste Dia do Diplomata. Não se trata de copiá-lo, é claro, que isso nem teria cabimento; mais de cem anos nos separam das circunstâncias em que atuou Paranhos Júnior. Trata-se, isto sim, de jamais deixarmos de aprender com ele.

Geração após geração, creio que temos sabido fazer de Rio Branco um nosso contemporâneo. É esse sentido de atualização permanente da sua obra que proponho cultivarmos sempre.

Mas Rio Branco não foi só o Ministro consagrado para além dos muros do Itamaraty. Foi também um modernizador dos nossos métodos de trabalho. Entendia que uma ação externa como a que vislumbrava para o Brasil pressupunha um esforço de profissionalização da Chancelaria. E a esse esforço deu início.

Senhoras e Senhores,

Naturalmente, o aprimoramento administrativo de uma instituição como a nossa é tarefa sem fim. Começou com Rio Branco, será justo dizê-lo. Mas não cessará, pois não cessam as transformações culturais, sociais, burocráticas, tecnológicas que experimentamos quase diariamente, e em diferentes níveis. Cada sucessor do Barão tem feito a sua parte.

Já agora às vésperas de deixar o despacho que foi do nosso patrono, gostaria de ressaltar alguns dos avanços administrativos que alcançamos em quase dois anos de gestão.

Desde logo, registro, a bem da justiça, que nada teria sido possível sem o apoio incansável do Secretário-Geral, das demais chefias da Casa e de todos os colegas que concorreram, de distintas formas, para o que pudemos realizar. Do mesmo modo, expresso meu reconhecimento pelo respaldo que nos deram importantes atores de fora do Itamaraty. Foi esse concurso de compromissos e vontades, lastreado na racionalidade dos argumentos, que nos permitiu progredir na direção de um Serviço Exterior mais eficiente e inclusivo.

Começo por mencionar a ampliação da rede de postos consulares em 2022. Abrimos os Consulados-Gerais em Marselha e em Edimburgo, assim como o Vice-Consulado em Orlando. Criamos o Consulado-Geral em Chengdu

e o Vice-Consulado em Cusco, cuja instalação está prevista para o próximo ano. O que nos orientou, em todos esses casos, foi sobretudo o imperativo de prestar mais e melhores serviços às comunidades brasileiras no exterior.

Demos renovado impulso, também, ao processo de transformação digital na prestação de serviços consulares. Em particular, aumentamos a oferta do sistema “e-consular”, que já está disponível para 98% dos brasileiros no exterior.

Em outro plano, levamos adiante um *aggiornamento* da estrutura e dos regulamentos do nosso Ministério. De tempos em tempos, é sempre preciso fazê-lo. Mas o fato é que os últimos anos trouxeram desafios de especial monta – da saúde pública à economia, passando pela mudança do clima. Foi assim que estabelecemos unidades com competências específicas para tratar de temas como o combate à pandemia, a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável.

Outra frente foi a preservação do nosso patrimônio histórico. Angariamos recursos significativos, vindos de diversas fontes – públicas privadas –, para promover a renovação do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro. O velho Itamaraty no Centro do Rio é uma riqueza de todos os brasileiros que se acha sob nossa responsabilidade – e cumpria recuperá-lo. Agradeço, em especial, à Itaipu Binacional, à Vale e ao Congresso Nacional por viabilizarem esse projeto.

As políticas de recursos humanos também tiveram prioridade. Criamos divisão específica dedicada à saúde e à segurança dos servidores, tanto no Brasil como no exterior.

Noto com satisfação o trabalho que fizemos para aperfeiçoar o fluxo da carreira de diplomata. O propósito foi reequilibrar a distribuição de diplomatas nas diversas classes e garantir ritmo mais regular às promoções. Incluímos, no Orçamento de 2023, recursos para prover um primeiro contingente de 11 cargos adicionais, criados por lei de 2012 que nunca foi implementada. Em paralelo, obtivemos o compromisso do Ministério da Economia para prover outros 84 cargos até 2026. Mais além, deixaremos um conjunto de propostas para o continuado tratamento da questão do fluxo da carreira de diplomata. Estou certo de que essa questão – premente para a renovação da carreira – receberá a mesma atenção dos que me sucederão.

Renovação é mesmo um objetivo necessário. Desde 2021, os 60 alunos que ingressaram no Instituto Rio Branco trouxeram maior diversidade para o Serviço Exterior Brasileiro. Naquele universo, há colegas vindos de 18 estados da federação.

Não menos relevante é que a mais nova turma do Instituto Rio Branco conte com proporção recorde de mulheres: 46%. É a maior proporção na história da nossa academia diplomática.

No âmbito do Programa de Ação Afirmativa, concedemos, nos últimos dois anos, 43 bolsas para que candidatos negros e pardos pudessem subsidiar seus estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Oito dos beneficiados foram aprovados durante minha gestão.

Senhoras e Senhores,

Graças à confiança que o Presidente da República depositou na nossa instituição, pudemos, também no campo administrativo, seguir avançando no exercício permanente de construção de um Ministério mais plural; mais adaptado às legítimas expectativas de nossos funcionários; mais preparado para fazer face aos desafios do nosso tempo; mais próximo à sociedade brasileira, no Brasil e no exterior.

No centro desse exercício, estão nossos recursos humanos, os recursos mais valiosos que temos nesta Casa. Pois é a cada um dos que trabalham no Itamaraty, e pelo Itamaraty, que rendo aqui homenagem. A eles, e aos agraciados com a Ordem do Rio Branco, transmito meus parabéns por este Dia do Diplomata.

Muito obrigado.

4. ARTIGOS E ENTREVISTAS

4.1. “Brasil tem pressa de entrar na OCDE” – artigo do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, ao *Poder360*, em 1º de setembro de 2022

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, disse que o governo quer acelerar o processo de entrada na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), também chamado de “clube dos países ricos”. O memorando inicial de adesão será entregue no final de setembro.

“A entrada na OCDE vai melhorar a governança pública e estabelecer critérios sobre diversas áreas, como meio ambiente e tributação. Vai nos ajudar a convencer a sociedade brasileira com segurança, no prazo em que todos possam se adaptar [às novas regras]”, disse França ao *Poder360* na 3ª feira (30.ago.2022), em seu gabinete.

França negocia como acelerar a adesão brasileira com o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann. No processo de entrada, o país candidato é avaliado por 26 comitês no período de 3 a 5 anos.

Em reunião com Cormann, França ouviu a sugestão de negociar com mais de 1 comitê por vez. O processo poderá ser reduzido para 2 anos.

“Disse a ele que temos pressa. Gostaria de fazer o processo de acesso da maneira mais rápida possível. No momento que ingressarmos de maneira plena, poderemos ter mais voz, participar e contribuir mais. A OCDE ganha muito com a entrada de uma economia do tamanho do Brasil, um ator global”, afirmou.

Carlos França tem 58 anos, é advogado e entrou no Instituto Rio Branco, escola preparatória para a carreira de diplomata, em 1991. Serviu nas embaixadas de Washington (Estados Unidos), Assunção (Paraguai) e La Paz (Bolívia). É ministro desde abril de 2021.

Na conversa com a reportagem, França falou sobre a adesão à OCDE, consequências de uma mudança de governo, negociação do acordo bilateral

do Mercosul com a União Europeia, reorganização das cadeias globais e guerra na Ucrânia.

A seguir, trechos da entrevista:

OCDE

É a prioridade. E o Brasil está disposto a fazer todas as discussões, inclusive sobre a pauta ambiental, que tem sido alvo de críticas da Europa.

“Vamos ter que aderir aos padrões elevados que tem a OCDE. Se quisermos entrar, será sinal de que cumprimos nosso dever. Mas as críticas nem sempre são por razões ambientais. São mais por razão política interna”, disse.

Se Bolsonaro for reeleito, ele estima que no próximo mandato a parceria será concluída, o Brasil fará parte do grupo.

Lula

A equipe de Lula disse ao Poder360 que, em eventual vitória nas eleições, a atenção se voltará à parceria Mercosul-União Europeia, não à OCDE. “Uma mudança de governo pode impactar o processo de entrada. Seria uma lástima se isso acontecesse”, afirmou o ministro.

Ele também rebateu as críticas de que entrar para o grupo impactaria negativamente as políticas de compras governamentais, patentes e arcabouço tributário.

“No campo de patentes e compras governamentais, não vejo possibilidade de perda. Há uma equipe negociadora atenta para nossos interesses. É importante que não sejam só interesses corporativos, mas da nação. Essa questão acabou sendo politizada. O que há é uma dificuldade da oposição em reconhecer esse mérito do governo”, disse.

O ministro rebateu as falas de Lula (PT) de que na atual gestão o país estaria isolado nas relações exteriores. Citou reuniões de Bolsonaro com Putin e Biden, apesar da guerra, e a escolha do Brasil como integrante temporário do Conselho de Segurança da ONU.

“A retórica do isolamento brasileiro é uma narrativa que não encontra base na realidade”, disse.

Cadeias Globais

Segundo França, a pandemia e a guerra na Ucrânia estão levando a um rearranjo das cadeias de produção global, lideradas pelos Estados Unidos. O Brasil quer entrar em 3 áreas: fármacos, semicondutores e energia.

A ideia é suprir parte da necessidade norte-americana de fármacos e semicondutores. Com a Europa, quer ser o principal fornecedor de gás e petróleo, no lugar da Rússia.

“Para isso, precisamos de investimento. De onde? Empresas norte-americanas e europeias. A acessão à OCDE ajuda na atração desse investimento. Traz as condições de um ambiente de negócios cada vez mais seguro, é um selo de qualidade”, disse.

O formato que ele cogita é atrair empresas de fora para *joint ventures* com outras locais. A partir daí, focar na exportação.

O *Poder360* mostrou que uma missão indiana de indústrias farmacêuticas veio ao Brasil. É parte da estratégia com a Índia, uma das maiores produtoras de fármacos do mundo.

Mercosul, UE e Ucrânia

O chanceler está desanimado com o andamento das negociações do acordo bilateral do Mercosul com a União Europeia. Motivo: guerra na Ucrânia.

Segundo ele, questões internas como o cansaço com a inflação podem piorar o humor doméstico na Europa e comprometer o acordo. Além disso, ele diz que o grupo não enviou as demandas de meio ambiente.

Como estratégia, França tem conversado com o bloco e conta com o apoio reiterado dos espanhóis.

4.2. “O Brasil mantém seu compromisso de combater as mudanças climáticas com políticas de sustentabilidade baseadas na ciência” – artigo do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e do Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, ao *Miami Herald*, em 27 de setembro de 2022

O Brasil está totalmente comprometido em combater as mudanças climáticas e promover uma transição energética verde. Ouvimos o chamado da ciência e atualizamos nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) duas vezes em um curto período: em dezembro de 2020, conforme

previsto no Acordo de Paris, e após a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), em novembro de 2021.

Agora nos comprometemos a reduzir nossas emissões de gases de efeito estufa em 50% até 2030, em comparação com os níveis de 2005. Também antecipamos a meta de neutralidade climática de 2060 para 2050.

Essas contribuições vão muito além da responsabilidade histórica do Brasil no problema das mudanças climáticas. Ainda assim, isso não deve nos impedir de continuar lutando e explorando novos caminhos para enfrentar esse desafio e seus impactos adversos sobre nossas sociedades.

Chegou a hora de acelerar a implementação de todas as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) no âmbito do Acordo de Paris. A ciência é muito clara nesse sentido: não há possibilidade de sucesso no combate às mudanças climáticas sem uma verdadeira transição energética global.

No Brasil, as fontes renováveis representam 48% da nossa matriz energética, mais de três vezes a média mundial de 14%. O papel das renováveis na geração de eletricidade é ainda maior: 84% no caso do Brasil, comparado à média mundial de apenas 27%. Uma transição energética efetiva já está em curso no Brasil, resultado de políticas públicas planejadas, e não de mero acaso. As fontes solar e eólica eram quase insignificantes há uma década em nossa matriz energética, mas têm crescido rapidamente nos últimos anos.

O Brasil faz parte da solução. Uma de nossas estratégias centrais e mais promissoras é o desenvolvimento de instalações de energia eólica offshore ao longo de toda a costa brasileira, com o objetivo de oferecer energia abundante e barata para a produção em massa e exportação de hidrogênio verde em suas diversas formas. O Brasil também está pronto para oferecer oportunidades de produção local de baixo carbono, ajudando a descarbonizar cadeias globais de suprimentos.

Graças às tecnologias atualmente disponíveis, o Brasil tem um claro potencial para produzir um excedente enorme e crescente de energia eólica na próxima década e nos anos seguintes. A costa brasileira tem mais de 10 mil quilômetros de extensão. Já temos instalações de energia eólica em terra próximas ao mar e pretendemos desenvolver uma vasta rede de plataformas eólicas offshore.

Esse processo já começou no Brasil e tem potencial para se tornar um divisor de águas na luta global contra as mudanças climáticas. Com um potencial de geração eólica offshore de 1.228 gigawatts (sendo 700 gigawatts

considerados altamente atraentes do ponto de vista econômico), essa nova fase da transição energética no Brasil oferece oportunidades de financiamento climático racional e lucrativo para empresas nacionais e internacionais interessadas em investimentos e retornos seguros a longo prazo.

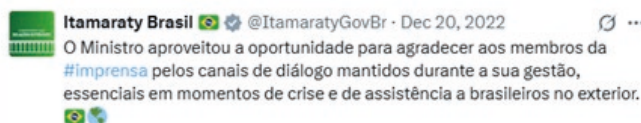
A questão já não é mais se essa estratégia é viável, mas se sua implementação será possível dentro de um cronograma compatível com a urgência das nossas metas climáticas coletivas. Já temos empresas nacionais e internacionais investindo em projetos de hidrogênio verde no Brasil, e buscamos mais parcerias com governos estrangeiros e o setor privado para garantir que essa estratégia atinja todo o seu potencial.

Devemos nos esforçar para alinhar os investimentos no setor de energia com os objetivos do Acordo de Paris, priorizando fontes renováveis de energia, como a eólica e o hidrogênio verde. Também devemos evitar incentivos perversos para setores altamente poluentes, especialmente por meio da adoção de sistemas falhos que isentem governos e empresas de suas responsabilidades.

Para combater as mudanças climáticas de forma eficaz, precisamos aprimorar nossas políticas com ações sustentáveis, racionais e com base científica. O Brasil oferece oportunidades concretas que contribuirão diretamente para a descarbonização da economia global.

5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

5.1. Publicação no X sobre o almoço do Ministro Carlos França com jornalistas que acompanham temas de política externa – 20 de dezembro de 2022



5.2. Publicação no X sobre a adoção do Marco Global da Biodiversidade – 21 de dezembro de 2022



Itamaraty Brasil
@ItamaratyGovBr

Translate post

O 🇧🇷 celebra a adoção do Marco Global da Biodiversidade na #COP15, passo importante para interromper a perda da #biodiversidade. O Brasil fará sua parte para implementá-lo e cooperará com países vizinhos no âmbito da @OTCAnews.



7:07 PM · Dec 21, 2022 · 3,662 Views



Itamaraty Brasil
@ItamaratyGovBr · Dec 21, 2022

A #COP15 também fortaleceu o pilar da repartição de benefícios oriundos da utilização dos recursos genéticos com decisão histórica sobre sequenciamento genético digital (DSI).

1

2

10

1K



Itamaraty Brasil
@ItamaratyGovBr · Dec 21, 2022

A #COP15 destacou a importância de novos recursos financeiros para apoiar os países em desenvolvimento. O 🇧🇷 expressa satisfação com o papel do @theGEF para rápida implementação e espera continuar avançando no estabelecimento de um fundo dedicado à #biodiversidade.

1

1

13

2.3K



Itamaraty Brasil
@ItamaratyGovBr · Dec 21, 2022

O 🇧🇷 foi eleito presidente do grupo dos países #megadiversos, que abrange 70% da biodiversidade mundial e é crucial para alcançar os objetivos e metas do Marco Global da Biodiversidade.

2

12

2.3K

56